

PDS tem munição do Governo

O PDS inaugura a legislatura deste ano em meio a crises econômicas e políticas e ainda sem a certeza de que poderá contar com o PTB, nos momentos em que as dificuldades se agravarem. Hoje, a liderança do partido inicia os contatos da bancada com o Executivo, visando a melhorar sua atuação no plenário, nas comissões e mesmo nas negociações com os demais partidos na Câmara, porque, sem maioria, as Oposições se articulam e podem reservar surpresas como a da última reunião da Mesa, quando o voto da maioria no plenário perdeu sua essência.

Hoje cedo, o líder Nelson Marchezan leva seis deputados ao ministro Danilo Venturini para ouvir uma explanação sobre terras, política de informática e energia atômica. No dia seguinte, "na casa de um amigo", conduz outro grupo com o mesmo número de componentes aos Ministros Ernane Galvêas e Delfim Netto, a fim de prepará-lo para os debates da crise econômica, que predominará sobre as questões partidárias e institucionais. É a busca de munição para o corpo a corpo com as Oposições.

Apesar do envio imediato do projeto regulamentando o voto distrital, que provavelmente desencadeará nova crise na bancada do PDS, a liderança sabe que os deputados querem um novo tipo de relacionamento, onde tenham o direito de participar, de ler antes de proclamar o "sim", solene das sessões de votações.

E tem certeza, também, de que os problemas econômicos acabarão por trazer à tona debates graves, que ameacem a tranquilidade do PDS, pois, ao partido, caberá sustentar as oposições tomadas pelo Governo em diferentes áreas. O primeiro indicio de mudança de comportamento veio de Minas, onde a maior bancada pedessista já anunciou a disposição de discordar nas horas certas. Mas a bancada da Bahia, por exemplo, protestou também na cúpula do partido porque ficou esquecida até agora, como nas articulações da escolha de nomes para a Mesa da Câmara. E quer seu quinhão nas Comissões e no colégio de vice-líderes.

Como reconheceu o deputado Nelson Marchezan, ele sabe que sua escolha para a liderança não obteve unanimidade, e agora lhe caberá buscá-la pela atenção aos deputados e nos debates promovidos em reuniões, que se dispõe a realizar, durante os próximos meses. Nesses encontros, contudo, deverá enfrentar pedessistas nem sempre cordatos e isso exigirá uma habilidade especial para contornar crises agravadas pela diminuição da oferta de compensações.

Amanhã o presidente Flávio Marçílio reunirá as lideranças partidárias na Câmara para definir a composição das Comissões Técnicas cujo número de integrantes crescerá em função do aumento das cadeiras da Câmara de 420 para 479. Depois, esses dirigentes deverão chegar a um acordo sobre a divisão das

Comissões. As divergências começam na partilha: o PDS quer dez das 18; as Oposições aceitam um rateio em partes iguais.

Se não chegarem a um acordo, as Oposições ameaçam o PDS com uma disputa em plenário pelas presidências das Comissões Técnicas, e respectivas vice-presidências; quando mesmo como maior partido estaria em desvantagem. Por isso, a disposição da liderança pedessista em tentar o entendimento, chegar ao acordo que evitará reflexos, depois, em futuras negociações parlamentares.

Depois das Comissões Técnicas, o líder Nelson Marchezan terá que concluir a escolha de seu colégio de vice-líderes, onde incluirá 30 nomes. As reivindicações são múltiplas e por isso usará um critério político, com o qual se esquivará de contemplar estados ou bancadas, onde um nome indicado poderia conflitar-se com seu trabalho ou não se enquadrar nas diretrizes prefixadas.

A antevista de problemas durante o ano levaram o PDS a entregar a coordenação política do partido ao presidente José Sarney, a quem caberá traçar as linhas de ação no Congresso e reunir as lideranças para até mesmo, numa eventualidade, sugerir medidas ao Presidente Figueiredo. A idéia, porém, é voltar as atenções para o trabalho na Câmara e Senado, onde estará "fervendo o caldeirão dos problemas nacionais" - como lembrou o líder Nelson Marchezan.